

ASPECTOS CONVENCIONALISTAS DA FILOSOFIA DE WILLARD QUINE

SOFIA INÊS ALBORNOZ STEIN

Universidade Federal de Goiás

Abstract

One of the main contributions of philosophers at the end of the 19th century and beginning of the 20th century to philosophy of science and semantics was the thesis inspired in the scientific advances of natural and exact sciences, that there is not a single true theory of what goes on in the empirical world, but rather the possibility of constructing multiple versions, equally satisfactory, of an explanation of the world. In the Vienna Circle, more specifically, the conventionalist movement showed its influence primarily in the writings of Neurath, but also, more subtly, in the texts of Carnap. In this paper, I shall examine the theoretical relations between Quine's holistic thesis and the conventionalist aspects of his work. In order to do this I will discuss Neurath's holistic coherentism and of the conventionalist and holistic aspects present in Carnap's work, which merge, mainly in the Aufbau, with reductionist aims. Thus, I intend to help to clarify to what extent Quine's holism depends on a conventionalist position and to what extent conventionalism, in its turn, can get along with reductionist epistemological remains.

Um das principais contribuições dos filósofos no final do século XIX e início do século XX à filosofia da ciência e à semântica foi a tese, inspirada nos avanços científicos das ciências exatas e naturais, de que não há uma única teoria verdadeira sobre o que se passa no mundo empírico, mas, sim, a possibilidade de construção de múltiplas versões, igualmente satisfatórias, de explicação do mundo. O convencionalismo contemporâneo nasceu nas obras de cientistas e filósofos, tais como Poincaré e Duhem. Algumas vezes, combinada à tese convencionalista, encontramos a posição holista, como em Duhem, que prega a mútua dependência, para fins de confirmação ou simplesmente semântica,

entre os enunciados de uma teoria, afirmando a impossibilidade de se confirmar ou refutar, ou simplesmente compreender, um enunciado de forma isolada dos demais enunciados. Proponho-me a apresentar, em um primeiro momento, algumas características essenciais às teorias convencionalistas de Poincaré e Duhem para, em um segundo momento, mostrar a influência destas sobre Carnap e Neurath, na época do Círculo de Viena, e, por fim, esclarecer até certo ponto como o convencionalismo se apresenta na obra de Willard Quine; o que permite, segundo penso, ver com mais nitidez as posições de Quine em relação ao holismo, tanto semântico quanto epistemológico, avaliar com mais clareza seus argumentos.

O Convencionalismo Francês

Em *Ciência e Hipótese*, de 1902, Poincaré elabora o exemplo de um mundo com um determinado campo de temperatura. Pode-se interpretar o mesmo fato empírico de duas maneiras diferentes. Poincaré sugere que imaginemos um mundo no qual os corpos ficam menores à medida que ficam mais frios. Os corpos são, pois, deformados pela diferença de temperatura. Diz Poincaré:

Nada impede, então, que imaginemos uma série de representações, absolutamente iguais às nossas representações comuns, mas que se sucedem de acordo com leis diferentes daquelas com as quais estamos habituados." (1984, p. 63.)

Como conclusão do exemplo, Poincaré afirma que não há como no caso dizer se a melhor descrição do que acontece, a partir dos pontos de vista dos observadores, é dada com o auxílio da geometria euclidiana ou da não-euclidiana.

Pode-se escolher, assim Poincaré, para aplicar aos mesmos fatos, com o auxílio de hipóteses auxiliares, qualquer um de, por exemplo, 3 geometrias:

- a geometria euclidiana (movimento livre de corpos rígidos em um espaço euclidiano);
- a geometria de curvatura positiva constante (espaço elíptico ou de Riemann);
- a geometria da curvatura negativa (espaço hiperbólico ou de Bolyai-Lobachevsky).

Poincaré pensa estar a ‘origem’ das idéias geométricas em nossa observação do movimento dos corpos, incluindo o nosso. Essa origem restringe a possibilidade de construção de ‘qualquer’ geometria. Apesar da origem dessas 3 geometrias em um tipo de observação do movimento dos corpos, a escolha entre elas é convencional, ou seja, nada nos força a escolher uma entre as 3 em detrimento das outras duas. O movimento de nosso corpo em relação a outros corpos pode ‘guiar’ nessa escolha, mostrar qual das 3 seria mais conveniente para nós, mas não pode nos dizer qual é a verdadeira.

Um aspecto importante, enfatizado por Michael Friedman em “Poincaré’s conventionalism and the logical positivism”, acerca do convencionalismo de Poincaré é o de que Poincaré não está preocupado propriamente com a ‘equivalência empírica’ entre os fatos que podem ser descritos tanto pela geometria euclidiana quanto pelas não-euclidianas. Diz Friedman:

[...]o argumento da equivalência observacional não tem uma relevância particular para a geometria física e pode ser aplicado igualmente bem a ‘qualquer’ parte de nossa teoria física. O argumento mostra apenas que a geometria considerada isoladamente não tem consequências empíricas: essas consequências só são possíveis se nós também adicionamos outras hipóteses sobre o comportamento dos corpos. (Friedman 1999, p. 73.)

E, ainda, ao contrário de hipóteses que podem ser confirmadas pela experiência, os princípios da geometria só ‘parecem’ ser hipóteses; são, na verdade, definições ou convenções disfarçadas.

Friedman observa que o argumento de Poincaré a favor da convencionalidade da geometria não implica imediatamente a convencio-

nalidade de teorias da física, ou seja, uma posição semelhante à de Duhem. Friedman procura mostrar que, por um lado, o convencionalismo de Poincaré foi equivocadamente igualado pelos positivistas ao holismo de Duhem, que não trata exclusivamente de estruturas matemáticas necessárias à ciência, mas da convencionalidade da física. Por outro lado, Friedman procura mostrar que a posição de Poincaré pode ser aproximada da de Kant, pois, para Poincaré, assim como para Kant, a geometria é também, em algum sentido, sintética e é vista como uma pressuposição para todas as teorias físicas empíricas, apesar de não ser confirmada pela experiência. Para Poincaré, como para Kant, a geometria seria sintética porque se basearia, assim como a aritmética, “na possibilidade de equações particulares que se repetem.” Além disso, a geometria seria uma pressuposição de todas as teorias físicas propriamente empíricas (a geometria, ela mesma, não seria nem confirmada nem infirmada empiricamente). O contraste entre ambos se dá porque Poincaré está familiarizado com geometrias alternativas. Logo, “precisamente porque a geometria, como a aritmética, é sintética, mas também – de acordo com o teorema de Helmholtz-Lie e em oposição à aritmética – não é unicamente determinada, segue-se que a geometria é convencional” (Friedman 1999, p. 84), para Poincaré. Assim, a teoria convencionalista de Poincaré não pode ser vista como um exemplo para a defesa da analiticidade de estruturas lógico-matemáticas, como defendida pelos positivistas e tampouco pode ser propriamente o fundamento da teoria convencionalista para teorias físicas.

Apesar disto, a tese convencionalista fundamental de que não há apenas um sistema teórico verdadeiro acerca do mundo, mas a possibilidade de construção de múltiplos sistemas, é mantida também na filosofia da ciência de Duhem. Duhem explica essa possibilidade quando descreve em que consiste propriamente uma teoria da física. Toda teoria física é um sistema simbólico que não é um “relato fiel” ou um “equivalente exato” da realidade ou dos fatos, e isto pode ser demonstrado primeiramente pela própria natureza da linguagem e da realidade. A linguagem é um conjunto de símbolos que esquematizam fatos ou acontecimentos, não os reproduzem fielmente. Há um tipo de limitação essencial à linguagem enquanto universo simbólico de represen-

tação em relação à realidade. Essa limitação faz com que toda descrição ou explicação de fatos seja apenas “aproximada.” A linguagem esquematiza a realidade. Nas experiências da física, já mediadas por um alto grau de teoria, pode-se observar que ‘muitos fatos concretos’ podem corresponder a um mesmo enunciado simbólico, ou, dito de outra maneira, um mesmo conjunto de fatos concretos pode corresponder a uma infinidade de juízos diferentes e logicamente incompatíveis entre si.

Além dessa observação primária com relação à natureza simbólica da física, outro aspecto importante para o convencionalismo de Duhem é a afirmação do grau altamente teórico das experiências da física. A dependência teórica de toda experiência faz com que fique constatado de que a física não lida com fatos brutos, mas com observação e “interpretações de fenômenos.” Como exemplo, Duhem apresenta as pressuposições teóricas envolvidas em conceitos utilizados na descrição de experiência, como o conceito de ‘valor do volume ocupado por um gás’. A compreensão de tal conceito pressupõe, pelo menos, a compreensão prévia de: (a) noções abstratas da geometria e da aritmética; (b) a noção abstrata de massa e (c) hipóteses da mecânica geral e celeste.

Em terceiro lugar, o convencionalismo de Duhem se sustenta sobre a assertiva de que qualquer experiência da física nunca pode condenar uma hipótese isolada, mas somente todo um conjunto teórico, ou seja, de que toda teoria não é uma representação exata de uma realidade subjacente de tal forma que suas hipóteses correspondam cada uma isoladamente a determinados fatos. Pelo contrário, uma teoria explica a realidade de tal maneira que não se possa dizer exatamente a quais fenômenos correspondem seus juízos. Assim, uma certa experiência, elaborada para testar os juízos da teoria, ela própria já altamente teórica, não testa apenas uma hipótese da teoria, mas, assim como é o resultado de um conjunto de pressuposições teóricas relacionadas a outras pressuposições teóricas na teoria, também testa a teoria como um todo, como um todo de enunciados semanticamente relacionados entre si.

O Convencionalismo em Carnap e Neurath: Com Ênfase no Debate sobre as Sentenças Protocolares

No Círculo de Viena (décadas 1920 e 1930), especificamente, o movimento convencionalista mostrou sua influência primordialmente nos escritos de Neurath, porém também, mais sutilmente, nos textos de Carnap. Como nos diz Runggaldier:

Fascinado pelo espírito convencionalista, Carnap procurou construir já na sua dissertação uma certa estrutura de espaço e transformar respectivamente princípios da física, para apresentar como verdadeira a tese de que a superfície da terra é plana.” (Runggaldier 1993, p. 207.)

Ou seja, Carnap, no texto *Der Raum*, nos faz acompanhar um experimento mental semelhante ao apresentado por Poincaré. Também no *Der Logische Aufbau der Welt* (1928), Carnap admite a possibilidade de elaboração de múltiplos diferentes sistemas de constituição de conceitos científicos; admite que, assim como na ciência natural, na filosofia da ciência se possa elaborar variados sistemas que permitem explicar a constituição do conhecimento científico.

Não somente encontramos aspectos convencionalistas nessas primeiras obras de Carnap, como também um determinado holismo estruturalista, que também pode ser encontrado transformado no *Logische Syntax der Sprache* (1934) e no *Meaning and Necessity* (1947). Todavia, apesar desses aspectos convencionalistas e holistas, Carnap compactua no *Aufbau* com uma espécie de reducionismo fenomenalista.

Segundo Runggaldier, de início, o convencionalismo de Carnap não girava primordialmente em torno da problemática da analiticidade de enunciados matemáticos ou lógicos e das respectivas definições, mas, sim, afirmava que podem existir descrições entre si incompatíveis e, entretanto, igualmente verdadeiras do mundo, que se devem a diferentes estipulações (convenções), que são cognitivamente neutras (Runggaldier 1993, p.207). Ao contrário de Friedman, Runggaldier sustenta que a tese convencionalista fundamental da filosofia da ciência de que podem existir diversas descrições incompatíveis e ao mesmo

tempo verdadeiras do mundo pode ser derivada de uma generalização da tese correspondente sobre a geometria, que afirma que não há apenas uma geometria, a euclidiana, mas outras, não-euclidianas, dependendo da escolha dos axiomas (Runggaldier 1993, p. 211).

Em Neurath, por sua vez, o convencionalismo apresenta-se como uma espécie de coerentismo, holista por natureza, no qual o papel das sentenças protocolares ganha uma certa dubiedade: apesar de serem um elo importante entre teoria e empiria, também elas podem ser de alguma forma ‘escolhidas’ ou ‘descartadas’ conforme a conveniência.

Nos textos de Neurath aparecem traços convencionalistas fortes em sua defesa de um holismo no qual há a liberdade de se manter uma teoria, mesmo à luz de aparentes evidências em contrário, por meio de revisões no sistema de enunciados aceitos como verdadeiros (Runggaldier 1993, p. 208). Também os enunciados protocolares podem ser “escolhidos” por meio de decisões (convenções), ou seja, o “dado” pode ser ordenado de diferentes maneiras.

Além disso, mesmo se ocorre um acordo sobre quais sentenças protocolares aceitar em determinada área da ciência, ainda assim é possível a construção de múltiplos sistemas de hipóteses com base nas mesmas sentenças protocolares. Neurath, em seu artigo “Fisicalismo radical e ‘mundo real’” (1934), afirma que sua posição, de que é possível estabelecer múltiplos sistemas de hipóteses sobre uma mesma base empírica, deve-se a Poincaré e Duhem. Diz ele:

Que, mesmo quando entramos em acordo sobre as sentenças protocolares, ainda seja possível um número não limitado de sistemas de hipóteses igualmente funcionais, *Poincaré, Duhem* e outros já mostraram suficientemente. Nós expandimos essa tese da subdeterminação dos sistemas de hipóteses para todas sentenças, incluindo as fundamentalmente alteráveis sentenças protocolares. (Neurath 1979, p. 108.)

A linguagem fisicalista permite, segundo Neurath, a unificação das ciências, porque é justamente a linguagem das sentenças protocolares, das sentenças que, se verdadeiras, podem confirmar (*bewähren*) previsões feitas anteriormente. Essa afirmação opõe-se, conforme nos diz o próprio Neurath, às posições sustentadas, na época, pelos outros inte-

grantes do Círculo, que consideravam necessária, para a confirmação das afirmações da ciência, a verdade de sentenças sobre algo experimentado, percebido, sentenças, portanto, que estivessem em linguagem fenomenalista, que expressassem as percepções do cientista em determinado momento.

Entretanto, além de discordar dos outros integrantes do Círculo sobre qual deveria ser a linguagem da ciência unificada, Neurath discordava, também, da forma como eles viam a verificação de teorias científicas. São necessárias sentenças protocolares verdadeiras para haver confirmação de previsões da ciência; porém, afirma Neurath, sentenças só podem ser comparadas com sentenças, nunca com o mundo ou com vivências. Falar da relação entre as sentenças protocolares e o mundo seria praticar metafísica. Portanto, o filósofo só pode efetuar avaliações sobre as relações das sentenças protocolares entre si e dessas com as outras sentenças do sistema das ciências, nunca pode tentar avaliar se a relação entre as sentenças protocolares e o mundo está correta ou estipular qual deva ser a relação destas com o mundo:

Um enunciado é comparado constantemente com outro ou com o sistema de enunciados, mas não com uma “realidade.” Esse começo seria metafísica, seria sem sentido. Todavia, não é “a” realidade que é substituída por “o” sistema do fisicalismo, mas por grupos desses sistemas, dos quais a práxis utiliza um. (Neurath 1931, p. 404.)

Segundo Neurath, a principal diferença entre a posição dele e a de Carnap é a de que, para Carnap, sentenças protocolares, além de serem redigidas em linguagem fenomenalista, não precisam ser confirmadas por outras sentenças. Neurath estabelece uma relação entre a possibilidade de se optar por um conjunto de sentenças protocolares para estabelecer os alicerces da ciência e a possibilidade de revisão de sentenças protocolares em função de outras sentenças que se contrapõem a elas:

Segundo Carnap, poderíamos ser obrigados somente a modificar sentenças não-protocolares e leis. *Para nós também entra em consideração a eliminação de sentenças protocolares. Uma sentença é definida também por*

Principia 7 (1–2), Florianópolis, June/December 2003, pp. 185–203.

necessitar de confirmação, logo também pode ser eliminada..” (Neurath 1932/33, p. 210.)

Apesar de Carnap aproximar-se das posições de Neurath sobre qual a melhor linguagem para a unificação das ciências, ele ainda preserva, durante o debate em torno das sentenças protocolares, uma posição próxima ao fenomenalismo do *Aufbau*. Ele não visa mais edificar a ciência, seus conceitos e sentenças, a partir de vivências, porém ele ainda afirma que a confirmação, não mais a verificação, de sistemas científicos, e não de sentenças isoladas, *pode* dar-se pelo protocolo de vivências subjetivas.

Mesmo se Carnap realmente estiver, ao mostrar como utilizar a linguagem protocolar fenomenalista na fundação empírica da ciência, defendendo essa linguagem como, em certo sentido, a melhor para esse fim, isso não contradiz a sua posição de que a “escolha de um método de confirmação para a ciência é uma questão prática.” Portanto, pode encontrar-se, apesar das críticas de Neurath, uma coerência no discurso de Carnap, isto é, mesmo defendendo a linguagem fenomenalista como a melhor para a fundação da ciência, ele admite a possibilidade de que outras linguagens possam cumprir, também, essa função.

Parece que Carnap, pelo que se lê ao final de seu artigo “*Über Protokollsätze*” (1932/33), termina por concluir que realmente não há motivo visível para escolhermos a linguagem monológica fenomenalista como linguagem protocolar. Ou seja, depois de apresentar como a linguagem monológica e a linguagem fisicalista intersubjetiva poderiam ser alternativas para o estabelecimento das fundações da ciência unificada, Carnap, estranhamente, conclui que, por não precisar da elaboração de “sistemas de regras de tradução,” a linguagem fisicalista intersubjetiva é mais fácil de ser usada no nível das sentenças protocolares. O uso desta igualmente evitaria o discurso sobre o “dado,” ou sobre “vivências,” ou sobre “fenômenos imediatos.” Discurso esse que pode, facilmente, levar a considerações de ordem metafísica que não tem sentido.

A escolha das sentenças protocolares, segundo o que Carnap relata das posições de Popper, pode e deve ser feita por meio de uma tomada de decisão; em determinado momento da pesquisa, o cientista decide

considerar uma sentença como protocolar, como confirmadora de outras sentenças, apesar de ela própria também poder ser confirmada por outras sentenças. Logo, não há, segundo esse ponto de vista, sentenças que não necessitem de confirmação. Carnap não se opõe, portanto, à posição de Neurath de que sentenças protocolares também possam ser confirmadas por outras sentenças, apesar de certamente supor que as sentenças protocolares estabelecem um tipo de relação estreita com experiências que as diferencia de outras sentenças.

Em um momento posterior ao debate sobre as sentenças protocolares, Carnap, enquanto defende a divisão entre enunciados analíticos e sintéticos, elabora uma noção de enunciado analítico ‘convencional’ (Carnap 1934), que lhe permite manter a divisão tradicional entre enunciados necessários e contingentes – sempre, claro, pressupondo que não haja enunciados necessários sintéticos ou “a posteriori,” porém evitando qualquer afirmação de que os primeiros sejam intrinsecamente necessários. São, segundo Carnap, analíticos “por convenção.” É justamente na sua crítica à definição de enunciados analíticos “por convenção” de Carnap, que Quine (Quine, 1935) inicia sua trajetória teórica contra a divisão analítico/sintético que culmina com o artigo “Dois Dogmas do Empirismo” (1951).

Logo, o convencionalismo em Neurath e Carnap apresenta-se principalmente na manutenção da tese de que é possível o estabelecimento de múltiplos sistemas de hipóteses sobre ou uma mesma base empírica ou sobre diversas bases empíricas, que, por sua vez, representam facetas diferentes do que poderíamos chamar de “realidade” ou “mundo,” em um sentido metafísico. Porém, o convencionalismo também aparece, em Carnap, quando este não mais está tratando de sistemas científicos empíricos, mas está tentando distinguir entre enunciados necessários e contingentes, mais precisamente, entre enunciados analíticos, entre os quais temos os enunciados matemáticos e lógicos, e sintéticos. Também em Carnap, portanto, vemos que o convencionalismo se apresenta pelo menos de duas maneiras diversas, assim como também se pode identificar, como vimos, uma diferença entre os convencionalismos de Poincaré e Duhem: o primeiro versa primordialmente sobre a convencionalidade de enunciados da geometria, pertencen-

centes à matemática em sentido amplo, e o segundo sobre sistemas de enunciados empíricos.

O Convencionalismo em Quine

No seu artigo “Truth by Convention,” de 1935, ao analisar o estatuto das verdades da lógica e criticar aqueles que declaram que essas são verdades por convenção, Quine já deixa transparecer a sua preocupação com as afirmações do positivismo lógico de que as verdades da lógica, assim como as da matemática, têm uma origem que as distingue das verdades empíricas. Apesar desse artigo não elaborar nenhuma tese alternativa à tese convencionalista, Quine mostra seu descontentamento com relação a esta e a fraqueza dos argumentos dos seus defensores.

Apesar de Quine, nesse interessante artigo, não se ocupar em dar uma alternativa teórica à tese convencionalista, vemos surgir em meio ao texto certos lampejos de seus textos futuros. A crítica à tese convencionalista remete Quine a certas conclusões com relação às verdades consideradas analíticas que podem ser vistas como conseqüências logicamente necessárias dessa mesma tese. A própria origem das sentenças analíticas, se considerada uma origem por convenções, leva à conclusão de que essas sentenças não se diferenciam, a não ser em grau, das sentenças sintéticas.

Mesmo tendo efetuado sua crítica à definição de Carnap de enunciados analíticos “por convenção,” também na filosofia de Quine encontramos traços nada discretos da tese convencionalista com respeito à possibilidade de muitas versões aceitáveis de explicação do mundo. Sobretudo na sua tese da subdeterminação de teorias, transparece a influência da tradição convencionalista sobre sua obra. Mas, segundo, por exemplo, Putnam (1975), o convencionalismo de Quine também se apresenta disfarçadamente em sua tese da indeterminação da tradução e, neste último caso, contradiz o próprio Quine em sua crítica à convencionalidade dos *meaning postulates* de Carnap (Carnap 1952). Putnam acusa Quine de usar um estratagema convencionalista ao descrever o que é a tradução, mais especificamente a tradução radical.

Segundo Putnam, Quine “define” o que é a tradução durante a exposição de seu famoso exemplo da tradução radical, ou seja, estabelece “condições” para que algo seja chamado de “tradução.” Essas condições podem muito bem, segundo Putnam, serem chamadas de *meaning postulates*.

Um dos principais problemas enfrentados pela posição convencionalista consiste em delimitar até que ponto se pode afirmar a convencionalidade de um sistema teórico e até que ponto há determinações empíricas que estabelecem o que diz uma teoria. Segundo Quine, toda elaboração teórica nasce de uma relação que se estabelece entre linguagem e experiência durante a comunicação intersubjetiva. No entanto, para Quine, nas palavras de Putnam: “é inútil tentar distinguir as contribuições da convenção humana do fato objetivo, sentença por sentença” (Putnam 1975, p. 179). Também Runggaldier enfatiza:

Mesmo que Quine, por meio de sua tese da subdeterminação de teorias e da tradução radical mostre tendências convencionalistas, precisamente os seus argumentos contra os ‘dois dogmas do empirismo’ falam por fim também contra uma linha divisória precisa entre elementos empíricos de um lado e portulações convencionalistas de outro lado. (Runggaldier 1984, p. 215.)

Apesar disso, pode perseverar-se na interrogação, segundo me parece, de qual é afinal a contribuição da experiência para a construção de teorias como um todo segundo Quine. Central nessa análise da relação entre convencionalidade e empiria é o tratamento dado por Quine às sentenças observacionais. Elas são o portão de ingresso da linguagem. Digamos que é por meio delas que, de forma um tanto livre, estrutura-se na linguagem quotidiana a referência a objetos concretos.

Mesmo com a possibilidade de determinação do *stimulus meaning* de uma sentença observacional, não há, segundo Quine, a possibilidade de determinar a referência dos termos integrantes da sentença. Qualquer observação do comportamento dos falantes e das situações em que eles assentem ou dissentem a uma sentença não permite concluir qual é a referência exata dos termos integrantes de uma sentença

observacional. Essa tese defendida por Quine é chamada de *tese da inescrutabilidade da referência*.

Segundo Quine, em função da inescrutabilidade da referência dos termos ou palavras integrantes de uma sentença observacional, não é possível, em uma situação hipotética de tradução radical, determinar univocamente a correlação entre termos de duas línguas distintas. Há, segundo ele, a possibilidade de correlacionar de mais de uma maneira os mesmos termos, utilizando, para tanto, diferentes manuais de tradução. Além disso, essa indeterminação da tradução também pode ser observada quando se tenta traduzir teorias científicas entre si. Nesse caso, fica evidenciado, segundo ele, que a indeterminação da tradução se deve, em parte, à subdeterminação de qualquer sistema teórico em relação à observação.

Enfim, mesmo com um levantamento exaustivo de sentenças de observação verdadeiras sobre o mundo, não há como, segundo Quine, afirmar a verdade exclusivamente de uma teoria científica sobre as observações feitas. As observações, ou as sentenças descritivas destas, não determinam univocamente uma teoria. Assim, podemos ter mais de uma teoria explicando os mesmos fatos observados no mundo empírico. A verdade de uma teoria científica em particular não pode ser determinada mesmo que saibamos o valor de verdade de todas as possíveis sentenças observacionais que podem ser deduzidas dela. Podem, segundo Quine, existir e serem aceitáveis duas ou mais teorias científicas empiricamente equivalentes, mas incompatíveis entre si. Portanto, todas as possíveis observações não determinam a verdade de uma dessas teorias e a falsidade das outras.

Em virtude dessa impossibilidade de determinação de qualquer sistema teórico por meio da observação, torna-se também impossível determinar a tradução de sentenças de uma língua para outra, mesmo fazendo-se um levantamento empírico das reações de assentimento e dissentimento às sentenças observacionais da língua desconhecida a ser traduzida. Porém, segundo Quine (1970), a indeterminação da tradução também se deve a não ser possível determinar a referência exata dos termos integrantes dessas sentenças. A tradução de sentenças mais teóricas, por serem constituídas a partir de termos usados nas sentenças observacionais, que não têm uma referência determinada, é

indeterminada em relação à observação. É possível usar *diferentes* manuais de tradução, fazer *diferentes* correlações entre termos que aparecem nas sentenças observacionais de uma língua e outra. A indeterminação da tradução resulta, pois, da subdeterminação de sentenças teóricas em relação a sentenças observacionais e da impossibilidade de especificar a referência dos termos integrantes das sentenças observacionais.

Conclusão

Putnam encontra no convencionalismo uma forma de essencialismo negativo, que delimita o que pode ser atribuído a uma determinada noção, como as noções de ‘distância’ ou ‘métrica’, na geometria, e a noção de ‘hipótese analítica’, na tese da tradução radical de Quine. Segundo Putnam:

O que o convencionalismo faz é afirmar que certas limitações “exauram o significado” da noção que ele está analisando. Ele afirma intuir que não só os limites em questão (...) são “parte” do significado da noção de métrica ou da noção de hipótese analítica, mas que “qualquer condição adicional” que alguém possa sugerir “não seria definitivamente parte do significado” da noção em questão, e também “não seriam uma ‘lei substantiva’” sobre a noção em questão (...). (Putnam 1975, p. 163.)

Ainda segundo Putnam, não é fácil identificar o que chama de “estratagem convencionalista,” considerado falacioso por ele, por disfarçar sua própria natureza. Em geral, todo essencialismo é visto como afirmando mais do que deveria, restringindo as possibilidades, delimitando, definindo um conceito de forma estrita. Enquanto o convencionalismo, por ser, segundo ele, um essencialismo negativo “não intui que muitas fortes propriedades são partes de um conceito, mas que somente poucas *poderiam ser* parte de um conceito” (Putnam 1975, p. 164), o que ainda é uma forma de essencialismo, camuflado e equivocado.

O estratagema convencionalista consistiria propriamente em, apesar de estipular restrições, mesmo que mínimas, a um conceito, concluir, a partir disto, que essas restrições não exauram a extensão da noção em questão. O convencionalista conclui, assim, por exemplo, num primeiro momento, que “podem existir duas ou mais diferentes métricas que atribuem diferentes distâncias aos mesmos intervalos, e que satisfazem os axiomas de uma métrica” ou que “podem existir hipóteses analíticas rivais que especificam traduções incompatíveis” (Putnam, 1975, p. 162), e que se conformam às restrições dadas para que um enunciado seja uma hipótese analítica. Segundo Putnam, a conclusão final dos convencionalistas – os analisados por ele são Grünbaum e Quine – é a de que “sempre que houver objetos incompatíveis que satisfaçam as restrições dadas, então não há fato material sobre qual dos objetos seja o correto” (Putnam 1975, p. 162).

O erro do convencionalismo, visto como um essencialismo negativo, estaria em tentar exaurir, mesmo que negativamente, o significado de termos. Para Putnam, tal tarefa é impossível, vã, como, segundo ele lembra, o próprio Quine afirma.

Putnam (1975, p. 178) encontra duas posições distintas de Quine em relação ao convencionalismo: (1) Segundo Quine 1, existiriam “convenções semânticas” sobre a tradução, que estipulariam o significado da noção de *tradução*; (2) Quine 2 afirmaria que é “fútil tentar distinguir entre convenções humanas e fatos objetivos, sentença por sentença.” Para Quine 2, portanto, “ambos convenções humanas e fatos objetivos contribuem, porém não há sentenças que são verdadeiras apenas em virtude de fatos objetivos, e nenhuma sentença que seja verdadeira apenas em virtude de convenções humanas” (Putnam 1975, p. 178). Quine 2 se oporia, portanto, a Quine 1.

Ralf Naumann, ao analisar a posição de Quine frente ao convencionalismo partindo de sua crítica à tentativa carnapiana de estabelecer a noção de enunciados analíticos via a noção de convenção (que condiz com a interpretação que Putnam faz do Quine 2), conclui que a principal objeção de Quine a Carnap é a de que todo enunciado, não importando como este foi introduzido em uma teoria, se por meios puramente convencionais ou não, pode ser tratado igualmente, isto é, independentemente da forma de introdução de enunciados em

uma teoria, todo enunciado pode ser revisto em sua verdade à luz de evidências empíricas levadas em consideração.

O erro de Carnap, ao sustentar a convencionalidade da verdade dos enunciados analíticos, estaria em:

[...] não tomar o caráter convencionalístico de muitas frases meramente como uma característica temporária, que no decurso da pesquisa posterior vai perdendo-se, mas, sim, em vê-lo como uma característica permanente dessas frases, que as diferenciaria de todas as outras frases que não fossem introduzidas dessa maneira. (Naumann 1993, p. 149.)

Se seguirmos a argumentação de Naumann, devemos concluir que o convencionalismo em Quine pode ser localizado justamente em sua afirmação de que todo enunciado apresenta algum aspecto convencional além de seu aspecto empírico, de sua relação com evidências empíricas. Porém não é sustentável, segundo a argumentação de Quine, como, por exemplo, em “Truth by Convention”, defender a existência de enunciados puramente convencionais.

Referências Bibliográficas

- Carnap, R. 1966. *Der logische Aufbau der Welt*. Hamburg: Felix Meiner Verlag. (1ª ed. 1928).
- . 1968. *Die Logische Syntax der Sprache*. Wien, New York: Springer Verlag. (1ª ed. 1934).
- . 1947. *Meaning and Necessity*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- . 1922. “Der Raum. Ein Beitrag zur Wissenschaftslehre.” *Kantstudien, Ergänzungshefte* 56.
- . 1931. “Die physikalische Sprache als Universalsprache der Wissenschaft.” *Erkenntnis* 2: 433–465.
- . 1932/33. “Über Protokollsätze.” *Erkenntnis* 3: 432-65.
- . 1952. “Meaning Postulates.” *Meaning and Necessity*. 2ª ed. Chicago. London: The University of Chicago Press.

Principia 7 (1–2), Florianópolis, June/December 2003, pp. 185–203.

- Creath, R. 1992. "Carnap's Conventionalism." *Synthese* 93: 141–166.
- Diederich, W. 1985. "Conventionalism Reconsidered." in Rescher, N. (org.), *The Heritage of Logical Positivism*. Boston: University Press of America.
- Duhem, P. 1998. *Ziel und Struktur der physikalischen Theorien*. Hamburg: Felix Meiner Verlag.
- Friedman, M. 1999. "Poincaré's Conventionalism and the Logical Positivism." *Reconsidering Logical Positivism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Koppelberg, D. 1987. *Die Aufhebung der Analytischen Philosophie: Quine als Synthese von Carnap und Neurath*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.
- Naumann, R. 1993. *Das Realismusproblem in der Analytischen Philosophie*. München: Alber.
- Neurath, O. 1931. "Soziologie em Physikalismus." *Erkenntnis* 2: 393–431.
- . 1932/33. "Protokollsätze." *Erkenntnis* 3: 204–214.
- . 1979. "Radikaler Physikalismus und 'Wirkliche Welt'" (1934). *Wissenschaftliche Weltauffassung, Sozialismus und Logischer Empirismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.
- Poincaré, H. 1984. *A Ciência e a Hipótese*. Brasília: Editora UnB.
- Putnam, H. 1975. "The Refutation of Conventionalism." *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Quine, W. V. O. 1960. *Word and object*. Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press.
- . 1981. *Theories and things*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 1976. "Truth by convention." *The Ways of Paradox and Other Essays*. (Revised and enlarged edition.) Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 1961. "Two Dogmas of Empiricism." *From a Logical Point of View: Nine Logico-philosophical Essays*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 1970. "On the Reasons for Indeterminacy of Translation." *The Journal of Philosophy* 67: 178–83.
- . 1975. "On Empirically Equivalent Systems of the World." *Erkennt-*

- nis 9: 313–28.
- . 1979. “Facts of the Matter.” in Shahan, R., Swoyer, C. (orgs.), *Essays on the philosophy of W. V. Quine*. Oklahoma: The Harvester Press.
- . 1990. “Three Indeterminacies.” in Barrett, R., e Gibson, R. (orgs.), *Perspectives on Quine*. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell.
- . 1991. “Two Dogmas in Retrospect.” *Canadian Journal of Philosophy* 21: 265–274.
- . 1993. “In Praise of Observation Sentences.” *The Journal of Philosophy* 90: 107–16.
- . 1994. “Promoting Extensionality.” *Synthese* 98: 143–51.
- . 1996. “Progress on Two Fronts.” *The Journal of Philosophy* 93: 159–63.
- Runggaldier, E. 1984. *Carnap’s Early Conventionalism: An Inquiry into the Historical Background of the Vienna Circle*. Amsterdam: Rodopi.
- . 1993. “Der Wiener Kreis (Carnap, Neurath) und der Conventionalismus.” in Haller, R. e Stadler, F. (orgs.), *Wien-Berlin-Prag: Der Aufstieg der Wissenschaftlichen Philosophie*. Wien: Hölder Pichler Tempsky.
- Stein, S. I. A. 1996. *O Holismo Semântico de Willard Quine: Uma Tentativa Sistemática de Compreender o Significado*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Curso de Pós-graduação em Filosofia, UFRGS, Porto Alegre.
- . 1998. “Conteúdo Empírico de Teorias e Subdeterminação em Willard Quine.” *Principia* 2: 205–226.
- . 2002. *A Construção da Linguagem e do Mundo: Aproximações entre as Obras de Carnap e Quine*. Tese (Doutorado em Filosofia). Programa de Pós-graduação em Filosofia da FFCH, USP, São Paulo.

Keywords

French conventionalism, Vienna Circle, Quine, holism.

Universidade Federal de Goiás
Departamento de Filosofia
Cx. P. 131; 74001-970, Goiânia, GO, Brasil
Vox: 0055 62 521 1129; fax: 0055 62 521 1129
e-mail: siastein@fchf.ufg.br; siastein@uol.com.br

Resumo

Uma das principais contribuições dos filósofos do final do século XIX e do início do século XX para a filosofia da ciência e a semântica foi a tese, inspirada nos avanços científicos das ciências naturais e exatas, de que não há uma única teoria verdadeira sobre o que acontece no mundo empírico, mas, em vez disso, a possibilidade da construção de múltiplas versões, igualmente satisfatórias, de uma explicação do mundo. No Círculo de Viena, mais especificamente, o movimento convencionalista mostrou sua influência, em primeiro lugar, nos escritos de Neurath, mas também, de forma mais sutil, nos textos de Carnap. Neste artigo, vamos examinar as relações teóricas entre os aspectos convencionalistas e a tese holista da obra de Quine, utilizando, para isso, uma análise do coerentismo holista de Neurath e de aspectos convencionalistas e holistas presentes na obra de Carnap, que se combinam sobretudo no Aufbau, com pretensões reducionistas. Assim, pretendemos ajudar a esclarecer em que medida o holismo de Quine depende de uma posição convencionalista e em que medida, por sua vez, o convencionalismo pode lidar convenientemente com as sobras do reducionismo epistemológico.

Palavras-chave

Convencionalismo francês, Círculo de Viena, Quine, holismo.